



**GOVERNO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

**Agência Gaúcha de Desenvolvimento
e Promoção do Investimento**

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE PARA A
GESTÃO DA POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO RIO GRANDE
DO SUL

**Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e
Atividades Econômicas**

APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR - REGIÃO MISSÕES

*Termo de Contrato Nº. 017/2013
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI e DIEESE*

SETEMBRO DE 2014

DIEESE

EXPEDIENTE DA AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

Tarso Genro

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Mauro Knijnik

Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI):

Ivan De Pellegrin

Diretor-presidente

Diretoria de Produção e Inovação:

Sérgio Kapron

Diretor

Natanael Mücke

Diretor-adjunto

Luana Collet

Coordenadora do Projeto de Fortalecimento dos APL

Equipe técnica:

Daian Douglas Paiva de Souza

Fernando Schardong

Gisela Schuler

Heloisa Helena Weber

José Carlos Mello Mendes

Josias Bervanger Oscar

Karla Ribeiro Studzinski

Luiz Gilberto MonclaroMury

Mariana Bonelli

Murilo Freire

Pedro Santos Coelho de Souza

Raquel Zini Wondracek

Sandra Beatriz de Aguiar

Valquíria Meireles Tyska

Estagiários:

Rafael da Silva Sabedra

Bárbara Biolchi.

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
End: Travessa Francisco de Leonardo Truda, 40 - 23º andar - Centro - Porto Alegre - RS.
Cep 90.010-050

Contatos: imprensa@sdpi.rs.gov.br - Tels: +55 (51) 3288-1000 (Geral)
info@agdi.rs.gov.br - + 55 (51) 3079-7000

EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Fernando Adura Martins – Supervisor do Núcleo de Produção de Informações
Ricardo Franzoi - Supervisor do Escritório Regional do Rio Grande do Sul
Patrícia Laczynski – Supervisora dos Observatórios do Trabalho
Anelise Manganelli - Técnica Responsável pelo Projeto
Fernando Murta Ferreira Duca – Técnico do Projeto
Thiago Carvalho – Auxiliar Técnico

**Equipe Executora
DIEESE**

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – 1º andar - Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
NOTA METODOLÓGICA.....	6
INTRODUÇÃO.....	10
1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL	13
1.1. Comportamento do mercado de trabalho forma: uma análise comparativa.....	13
1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento.....	15
1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos vínculos.....	20
2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR REGIÃO MISSÕES	24
CONCLUSÃO	27
REFERENCIAS	29
GLOSSÁRIO.....	30
GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS	31
ANEXO 1	34
ANEXO 2	36

APRESENTAÇÃO

O presente documento configura-se no Relatório intitulado: “*Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas - APL Agroindústria Familiar - Região Missões*”, produto previsto no plano de atividades do projeto: *Elaboração de Instrumentos de Monitoramento e Análise para a Gestão da Política de Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul*, parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, e a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI, formalizada através do Contrato nº. 17/2013 firmado no mês de setembro de 2013.

Este é o quarto relatório de análise conjuntural do mercado de trabalho e atividades econômicas do APL Agroindústria Familiar Região Missões, sendo assim, a caracterização da estrutura do mercado de trabalho apresentada no primeiro boletim não é replicada aqui. Este boletim está dividido em duas partes centrais, além dessa Apresentação, Nota Metodológica, Introdução, Conclusão, Glossário de Termos e Glossário de Famílias Ocupacionais, são elas: (1) Análise Conjuntural do Emprego e (2) Análise dos Microempreendedores Individuais no APL.

A parte 1 traça um panorama da dinâmica do mercado de trabalho e das atividades econômicas, no que tange ao comportamento das admissões e desligamentos e do saldo de vagas no período acumulado de março a maio de 2014¹, comparando o APL com outros recortes geográficos e com o mesmo período de anos anteriores, que permitam uma análise comparativa do desempenho do APL. Em seguida, realiza-se uma análise específica do comportamento do mercado de trabalho, verificando o desempenho por perfil dos trabalhadores segundo atributos, e dos vínculos de emprego segundo tempo médio de permanência, saldo por tamanho de estabelecimento, e salário médio.

A parte 2 traz informações sobre os Microempreendedores Individuais (MEIs), e analisa as características desta forma de inserção produtiva no APL, bem como sua distribuição segundo as atividades e o território do APL. Também é avaliada a participação do APL no total de MEIs do território.

¹ Último mês disponível durante a elaboração deste relatório.

NOTA METODOLÓGICA

Para a elaboração de análises de Arranjos Produtivos Locais se faz necessário a utilização de uma delimitação desse Arranjo, de modo que, oriente o levantamento, e conseqüentemente, a análise das informações pesquisadas. Todas as delimitações utilizadas no escopo do Projeto, do qual se insere esse boletim, seguem aquelas adotadas pelo Programa de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do estado do Rio Grande do Sul que possui a seguinte premissa: “*o governo não cria APLs, e sim, apoia a auto-organização das empresas, produtores, comunidades e instituições em arranjos produtivos locais*”².

Para obter esse reconhecimento de APL é necessário que os atores se organizem e elaborem uma série de documentos³, e de acordo com a Lei n. 13.839 de 5 de dezembro de 2011, compete ao Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT)⁴ definir os requisitos que habilitam a inclusão do APL no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos locais, dentre eles a validação da delimitação dos municípios e das Atividades Econômicas. As delimitações para o APL Agroindústria Familiar - Região Missões estão descritas no Anexo 1 deste relatório.

Em relação ao estudo propriamente dito, cabe destacar que são dois os eixos principais em que ele se organiza: análise do mercado de trabalho formal e análise dos microempreendedores individuais. Todas as análises desenvolvidas neste boletim são de caráter conjuntural, abrangendo três meses (março a maio). Não consta do objetivo deste boletim realizar uma análise estrutural, tal análise é parte integrante do Projeto, e por seu papel estratégico será realizada em Relatório específico⁵.

Para o estudo do mercado de trabalho do APL, a base de dados utilizada foi o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo que apresenta as admissões e desligamentos dos vínculos celetistas, e, portanto, adequada para a análise conjuntural (de fluxo), uma vez que as informações estão disponíveis mensalmente.

O Caged é um registro administrativo que faz parte do controle e da contabilidade necessária para implementar ou administrar programas ou projetos governamentais. A base de dados é gerenciada pelo Ministério do Trabalho e a cobertura está restrita ao mercado de trabalho formal (assalariados

² Informações disponíveis no Portal da AGDI através do link: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=909> Acesso em 02/12/2013.

³ Para obter detalhes sobre o processo de reconhecimento de um APL, acesse: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=914>. Acesso em: 02/12/2013.

⁴ O Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APL – NEAT –, coordenado pela AGDI, é composto por órgãos da Administração Direta e Indireta e representantes de instituições executoras de projetos e ações que promovam o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais.

⁵ Trata-se do produto 1.4 qual seja, um Relatório de análise decenal que atende justamente ao anseio de uma análise de estrutura econômica e do emprego mais profunda.

celetistas somente). Contudo, vale salientar que, embora o trabalho rural seja regulado por lei específica, a saber - lei 5.889 de junho de 1973 (Estatuto do Trabalhador Rural), regulamentada pelo Decreto 73.626 de 1974 e também pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, - o empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. Ademais, a lei 11.718/08 proporcionou maior formalização do trabalhador, contemplando aqueles que trabalham por pequeno prazo, prevê registro na carteira de trabalho e no livro ou ficha de empregados. Nesse aspecto, torna-se relevante esclarecer que de acordo com o Manual do Caged⁶, devem ser declarados os “trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural”. Contudo, o Caged não possibilita, na consulta à sua base de dados, a separação entre estabelecimentos rurais e urbanos. Sendo assim, a maneira encontrada para contornar o problema foi elaborar uma tabulação dos saldos por tipo de estabelecimento disponível na base de dados. Este filtro, entretanto, é bastante restrito e somente diferencia o tipo de cadastro do estabelecimento. Dois são os tipos: CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) e CEI (Cadastro Específico do INSS). O CNPJ é um número único que identifica uma pessoa jurídica e outros tipos de arranjo jurídico sem personalidade jurídica (como condomínios, órgãos públicos, fundos) junto à Receita Federal. O CNPJ é o cadastro geral, requerido da maior parte das empresas. Já o CEI tem escopo mais reduzido e é requerido somente de alguns tipos de estabelecimentos. O agricultor familiar enquanto segurado especial do INSS só necessita da matrícula CEI, sendo dispensado de ter CNPJ. No caso de produtores rurais, somente são obrigados a possuir registro no CNPJ a cooperativa ou associação de segurados especiais⁷. Contudo, não é possível afirmar com toda a certeza que todos os estabelecimentos cadastrados no CNPJ sejam urbanos, isto decorre principalmente do fato que para ser optante do Simples Nacional⁸ os estabelecimentos devem ser cadastrados no CNPJ. Ao menos todos os estabelecimentos cadastrados no CEI são rurais (à exceção dos estabelecimentos do ramo da construção civil). Apesar de não possibilitar afirmações conclusivas, a separação entre CEI e CNPJ foi a forma encontrada para contornar o problema da identificação dos estabelecimentos rurais.

⁶ Manual do Caged, disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A35F788440136972331997EB1/Manual_Caged_2012_vers%C3%A3oACI_13.pdf

⁷ Para mais informações sobre o CEI, consultar: <http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/defaultcei.htm>

⁸ Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que unifica em uma só guia de recolhimento os diversos tributos incidentes sobre as empresas. Foi instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para mais informações consultar: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx>. Para saber do Simples da Área Rural consultar:

http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Cartilha%20-%20área%20rural_web.pdf

Ainda em relação à utilização do CAGED para a análise do meio rural, cabe destacar a questão da informalidade. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012, a informalidade no meio Rural alcança níveis significativos, para o Brasil os trabalhadores informais chegaram a representar 60,1% da força de trabalho no campo. Para o Rio Grande do Sul, a situação é pouco melhor: 52,8% dos trabalhadores estão na informalidade. Esta é uma restrição da análise do CAGED, que não contempla os trabalhadores sem carteira assinada, uma vez que trata-se de um registro administrativo. Não obstante, a única maneira de contornar o problema é a realização de pesquisa de campo para coleta de dados primários, já que não há, no Brasil, nenhuma base de dados de nível municipal e de periodicidade mensal ou trimestral que abranja trabalhadores sem carteira assinada. Por último, cabe salientar que a agricultura familiar possui regras rígidas de definição da unidade produtiva e da contratação de trabalhadores, para que não se perca o caráter ‘familiar’ da produção. A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 3º estabelece que: “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”

Além do mais, a Lei 11.718 de 20/06/2008 estabelece em seu artigo 9º que a contratação de mão de obra pode ocorrer por prazo indeterminado somente quando em associação a cooperativas, quando feita individualmente pelo agricultor familiar não pode exceder 120 homens/dia de trabalho por ano ou seja permite apenas o trabalho por curto prazo. Caso contrário perde-se a condição de Segurado Especial da previdência social.

É importante salientar que, a partir de janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a divulgar mensalmente o resultado do saldo de vagas do Caged com as informações de movimentações de admissão e de desligamento declaradas fora do prazo de competência, o que requer cautela na análise dos dados. Anteriormente, tais informações eram divulgadas apenas no final de cada ano. Após diversas simulações realizadas com as informações deste registro,

observou-se que, em geral, metade das declarações do Caged, entregue fora do prazo pelas empresas, ocorre até o primeiro mês subsequente ao prazo legal de entrega. Com o intuito de melhor descrever a realidade, a partir das informações disponíveis, optou-se por incorporar nas análises baseados nos saldos do Caged - os dados ajustados (ou seja, as declarações fora de prazo), demarcando a extração sempre após a divulgação pelo Ministério do Trabalho, de pelo menos um mês após o período de referência da análise. Para superar essas questões, cada uma das tabelas e/ou gráficos apresentados nesse boletim, a partir da base do Caged apresentam a data da extração da informação.

Visando propiciar uma análise comparativa do APL foram levantadas e sistematizadas informações para o Estado do Rio Grande do Sul e para anos anteriores a 2014. Quando a comparação dos dados do APL é feita com o Estado, deve-se entender o Estado como compreendendo as mesmas atividades econômicas do APL exclusive os municípios que fazem parte deste. A análise conjuntural é realizada sempre agrupando três meses consecutivos, e pauta-se no período que compreende o trimestre - março a maio – dos anos de 2012, 2013 e 2014.

No segundo eixo - os microempreendedores - desenvolvido na seção subsequente, constam os dados extraídos do Portal do Empreendedor, que contém as informações relativas ao Microempreendedor Individual - MEI que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Vale esclarecer que, para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano, e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Os dados relativos aos empreendedores individuais aqui apresentados referem-se à totalidade de dados disponíveis no Portal do Empreendedor, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que representa registros de 2009 a 2014. Como nesta base não há a possibilidade de se acessar a série histórica, os dados disponibilizados se referem ao acumulado. Portanto, cada uma das tabulações constantes nesse relatório apresenta a data exata da extração dos dados, visto que essa é uma base atualizada diariamente.

INTRODUÇÃO

Arranjo Produtivo Local (APL) é um conceito típico da área de Economia Regional que busca compreender as vantagens advindas da aglomeração geográfica de diversas empresas para sua eficiência e competitividade. A origem do conceito pode ser encontrada na obra do economista inglês Alfred Marshall, na análise dos distritos industriais ingleses (VARGAS, s.d). Marshall foi o primeiro a perceber as vantagens advindas de tal aglomeração, o que denominou de eficiência coletiva. Essa importância da aglomeração de empresas veio a ser resgatada anos depois, sobretudo a partir do ano de 1980, para o desenho de políticas de desenvolvimento local. A partir de então, muito se avançou e diferentes visões sobre as aglomerações produtivas surgiram (VARGAS, s.d).

A mera concentração de empresas com atividades afins em um mesmo espaço geográfico é capaz de gerar ganhos para as empresas chamados de economias de aglomeração. Tais economias de aglomeração têm origem na cooperação, formal e tácita, entre as empresas, e não somente atividades individuais. Com o tempo este fenômeno da aglomeração geográfica de empresas passou a ser mais estudado e ganhou forma sob o conceito de Arranjo Produtivo Local, passando a abranger as mais diversas atividades econômicas. Para este trabalho o conceito adotado de APL se refere: “às aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social” (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Atualmente, os APLs são reconhecidos como um poderoso mecanismo do desenvolvimento regional e diversas esferas de governo possuem políticas públicas voltadas para o fomento deste. No caso do Rio Grande do Sul verifica-se uma longa tradição na criação de arranjos cooperativos, que data do século XIX (AGDI, 2013), com as cooperativas agrícolas. Essa tradição se manteve ao longo de diversos governos e recentemente recebeu um novo estímulo. A política industrial do Estado, composta de vários eixos temáticos e programas de ações, tem o APL como um de seus elementos centrais. O fomento aos APLs do Estado consta como uma das principais ações da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação (um dos eixos da Política Industrial) que o compreende como instrumento prioritário para a promoção do “desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. No âmbito da Política, o desenvolvimento econômico é buscado através do adensamento de cadeias e arranjos produtivos, da cooperação entre empresas, e destas com instituições do cooperativismo, da economia popular e solidária, da autogestão, do aprendizado

coletivo, da inovação e da cultura exportadora” (AGDI, 2013, p. 30). Sendo assim, a Política é dividida em dois eixos centrais: o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs) e o Programa de Redes de Cooperação (PRC).

No âmbito do Programa de APLs a empresa é compreendida “a partir de uma perspectiva coletiva e territorial sob a premissa de que os vínculos de cooperação entre instituições dos setores privado, cooperativo, público, de ensino e pesquisa e de organizações sem fins lucrativos potencializam as estratégias singulares de competição e fomentam o desenvolvimento da economia da região” (AGDI, 2013, p. 31). Como pode ser visto, segundo a política, a empresa é o ator principal do APL, origem de todos os intercâmbios e vínculos típicos do arranjo. Com este arcabouço desenvolvido, o programa tem como objetivo principal, através do fomento dos APLs, os programas de desenvolvimento setorial e a política de combate às desigualdades regionais.

Como pode ser visto, o programa tem uma base teórica robusta como fundamento, bem como objetivos audaciosos. A fim de alcançar estes objetivos o programa tem como principal ferramenta a capacitação dos APLs e sua gestão, representada pela governança. Para tanto o governo do Estado estruturou dois fundos de recursos para possibilitar tal organização, que podem ser separados em dois principais: Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul (PROREDES BIRD) e Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (FUNDOAPL). O PROREDES BIRD se insere em um contexto mais amplo do que o aporte de recursos aos APLs, tendo como objetivo a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul por meio da execução de políticas públicas de modernização da gestão pública, de desenvolvimento do setor privado, da qualificação do ensino público e da melhoria dos transportes.

Na área de desenvolvimento do setor privado que se encaixa o fortalecimento dos APLs, que têm acesso a um aporte inicial de recursos de modo a possibilitar a organização mais rápida dos APLs enquadrados no programa. Sendo assim, o objetivo principal dos recursos do PROREDES BIRD para os APLs é a estruturação a governança e elaboração do Plano de Desenvolvimento e/ou de Marketing dos arranjos. Procura-se, desta forma, estimular a auto-organização de empresas, trabalhadores e instituições em APLs, com governança participativa, coordenação e agenda de ações próprias.

Já o FUNDOAPL criado pela Lei 13.840 de 05/12/2012 e regulamentado pelo Decreto 50.562 de 14/08/2014, destina recursos a ações e projetos dos cooperados dos APL que busquem beneficiar um grupo ou conjunto de produtores e empreendimentos da base do Arranjo. Estas ações e projetos vão desde investimentos fixos, capital de giro, tecnologia e agregação de valor à produção por meio

da industrialização à disponibilização de serviços técnicos, tecnológicos, de metrologia, de extensão e capacitação. A lista completa de ações englobadas pelo fundo se encontra no Regulamento supracitado. Apesar de contar com recursos das mais diversas origens, o fundo tem como principal fonte de financiamento aportes das empresas participantes dos APLs. A empresa que aportar recursos ao fundo, receberá crédito fiscal em igual montante aos recursos deste aporte. Este fundo, contudo, ainda não se encontra em execução, apesar de estar com todas suas normas jurídicas já estabelecidas.

As políticas públicas voltadas para os APLs do Estado contemplam as diversas fases do fomento dos Arranjos, explicitando os conceitos e mecanismos que utiliza. Neste íterim que se insere este boletim de análise conjuntural que tem como objetivo oferecer subsídios para o acompanhamento das políticas ao analisar o movimento conjuntural do mercado de trabalho e das exportações do APL, uma vez que as flutuações fornecem boas aproximações do desempenho do mesmo. A compreensão mais apurada da realidade local permite que o gestor público atue de forma a buscar soluções para os desafios encontrados pelo Arranjo, tendo como direção a promoção constante do desenvolvimento local.

1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL

A presente seção tem como foco a análise do saldo (admissões subtraídas dos desligamentos) do emprego formal acumulado entre março e maio de 2014. Para se calcular o saldo de emprego, cada admissão é tratada como um valor positivo unitário (+1) e cada desligamento como negativo (-1). Do resultado se obtém o saldo, que indica a diferença entre admissões e demissões, ou seja, a geração líquida de empregos formais no período. Um saldo positivo indica um aumento no número de vínculos, saldo negativo, uma diminuição. Desta forma, o saldo possibilita uma análise mais fiel do mercado de trabalho do que a análise separada das admissões e demissões, pois mostra quantos vínculos novos de fato estão sendo criados no mercado de trabalho, como está evoluindo a quantidade de empregos formais, e ao analisar as características dessas vagas, é possível identificar a qualidade desses empregos.

A fim de acompanhar o mercado de trabalho e buscar suas principais características, esta seção foi subdividida em três. A primeira aborda o saldo de emprego formal no APL de maneira comparativa, ou seja, com ênfase em seu desempenho frente a outras regiões e períodos. Na segunda, o foco se volta para as características do APL, como os municípios, atividades e porte do estabelecimento onde estão concentrados os saldos. Por último, trata-se das principais características das vagas.

1.1. Comportamento do mercado de trabalho forma: uma análise comparativa

Para efeito de comparação, os saldos dos vínculos empregatícios no APL serão analisados, inicialmente, frente aos saldos totais do Rio Grande do Sul e do Brasil (para ambos os casos - exceto os municípios que compõem o APL) para as mesmas atividades econômicas desenvolvidas no Arranjo. A fim de possibilitar uma avaliação mais geral sobre o desempenho do APL Agroindústria Familiar Região Missões, este foi comparado com o Rio Grande do Sul e o Brasil. Ao se utilizar as mesmas atividades econômicas como comparação, possibilita-se uma análise fidedigna do desempenho do APL, pois tais atividades, em certa medida, estão sujeitas aos mesmos efeitos do cenário macroeconômico e de políticas econômicas federais. A exclusão dos municípios do APL das outras regiões elimina o viés de comparação na análise.

O saldo de empregos em 2014 mostra que tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul apresentaram saldos negativos de respectivamente -15.040 e -662. O APL, por sua vez, apresentou saldo positivo 16 novos vínculos no trimestre. Em relação ao mesmo trimestre dos anos anteriores, percebe-se que tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul apresentaram oscilação no emprego, com 2013 como o

melhor saldo do período e 2014 o pior. Já o APL apresenta significativa estabilidade, dado que 2012 e 2014 apresentam o mesmo valor e 2013 conta com um saldo marginalmente superior (Tabela 1).

Em comparação com o boletim anterior⁹, percebe-se que o trimestre de março a maio apresentou saldos superiores ao trimestre de dezembro a fevereiro, que inclusive obteve saldos negativos para todo o período, para todos os anos em análise.

TABELA 1
Saldo de empregos formais
Brasil, Rio Grande do Sul e APL Agroindústria Familiar Região Missões, março a maio de 2012 a 2014

Região	2012	2013	2014
Brasil	1.918	5.210	-15.040
Rio Grande do Sul	-431	-203	-662
APL	16	18	16

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada 28/07/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o mesmo.

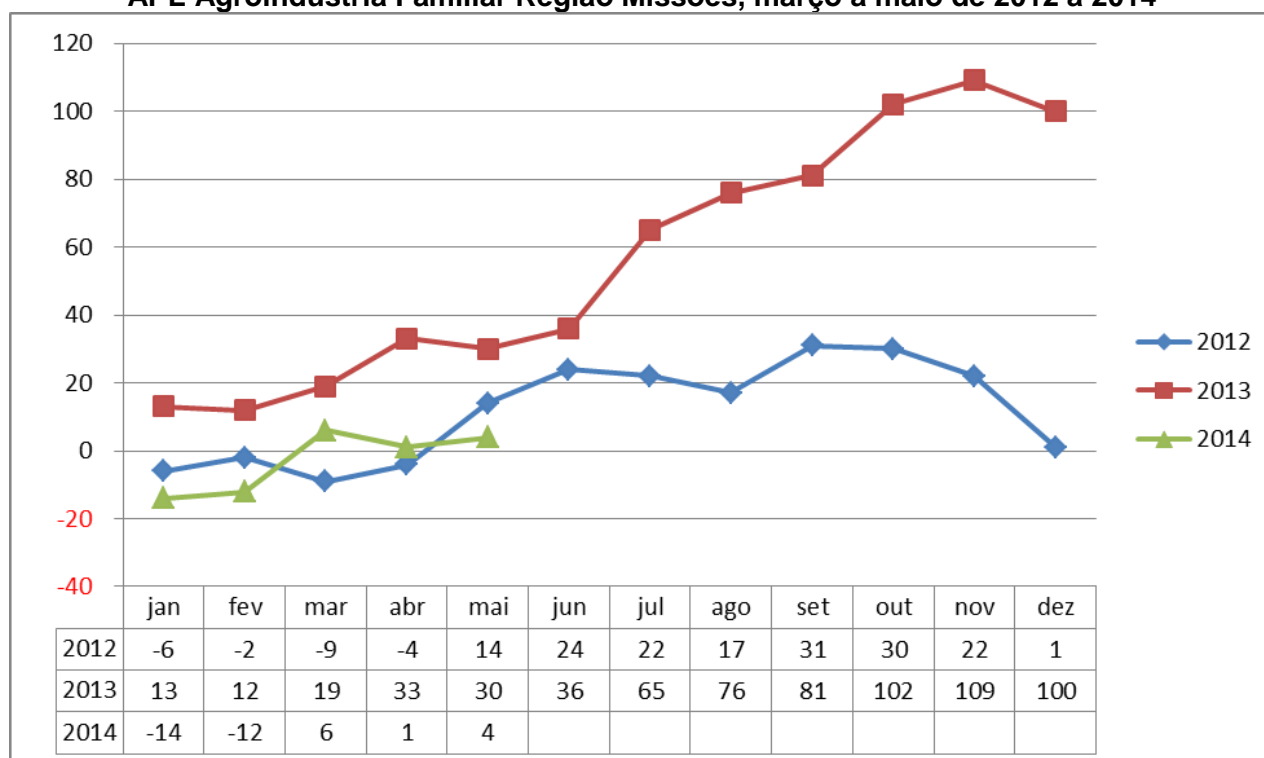
Na análise do saldo acumulado de empregos por ano, para os cinco meses disponíveis para 2014, percebe-se que a dinâmica do mercado de trabalho do APL se apresenta bastante instável, instabilidade esta representada pela oscilação no saldo acumulado do APL, que parece não seguir nenhuma tendência consolidada, apesar do crescimento no período (Gráfico 1).

Tratando dos anos anteriores, percebe-se que o saldo acumulado de cada um destes anos seguiu uma tendência de crescimento durante o primeiro semestre, que fez tais saldos seguirem uma trajetória de convergência neste período, mesmo levando em conta a oscilação nos valores. Já no segundo semestre, essa trajetória de convergência se reverte, dado que o saldo acumulado de 2013 continua sua tendência de crescimento e o de 2012 de decréscimo. O saldo de 2014, entretanto, não seguiu a mesma tendência dos anos de 2012 e 2013, apresentando mesmo maior oscilação e chegando em maio com o saldo acumulado mais baixo dos três anos disponíveis para análise.

⁹ Boletim disponível em:

http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1404142660_Indicadores%20das%20Atividades%20Economicas%20e%20do%20Emprego%20-%203o%20Trimestre%20_Missoes_.pdf

GRÁFICO 1
Saldo anual acumulado de empregos formais
APL Agroindústria Familiar Região Missões, março a maio de 2012 a 2014



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada 28/07/2014
 Elaboração: DIEESE

1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento

Em relação à distribuição dos saldos internamente ao APL, chama atenção que, ao contrário do que ocorre nos demais APLs, nenhum município concentrou decisivamente o saldo. Cerro Largo (6), São Pedro do Butiá (6), Santo Ângelo (5) e São Luiz Gonzaga (5) foram os municípios com os maiores saldos, e juntos alcançaram saldo equivalente ao total do APL. Os demais municípios, por sua vez, não apresentaram saldos importantes (Tabela 2).

Em relação ao mesmo trimestre dos dois anos anteriores, cabe destacar o aumento da relevância de Santo Ângelo para o saldo total do APL, sendo que o município alcançou 11 novos vínculos em 2013 e 19 em 2012. Em compensação, os municípios citados no parágrafo acima perderam relevância. Cabe destacar somente a participação de Garruchos (8) e Santo Antônio das Missões (6) em 2013.

TABELA 2
Saldo de empregos formais segundo municípios
APL Agroindústria Familiar Região Missões, março a maio de 2012 a 2014

Município	2012	2013	2014
Bossoroca	3	5	-2
Caibaté	-2	-1	1
Cerro Largo	0	-4	6
Dezesseis de Novembro	0	0	0
Entre-Ijuís	-2	-2	-2
Eugênio de Castro	0	0	-2
Garruchos	0	8	1
Giruá	1	0	2
Guarani das Missões	0	-3	-3
Pirapó	0	-1	0
Porto Xavier	0	1	-1
Rolador	0	0	-1
Roque Gonzales	-1	0	-1
Salvador das Missões	-3	1	2
Santo Ângelo	19	11	5
Santo Antônio das Missões	2	6	-2
São Luiz Gonzaga	3	-5	5
São Miguel das Missões	-2	1	-2
São Nicolau	-6	-3	0
São Paulo das Missões	-1	1	3
São Pedro do Butiá	5	3	6
Vitória das Missões	0	0	1
Total:	16	18	16

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 28/07/2014
 Elaboração: DIEESE

Na análise das atividades econômicas que compõem o APL Agroindústria Familiar Região Missões, verifica-se, que *Criação de suínos* (10) foi a atividade responsável pelo maior saldo do período, seguido por *Fabricação de produtos de panificação* (5). As demais atividades apresentaram saldo de pequena magnitude, e somente duas apresentaram saldo negativo (Tabela 3).

Na comparação com os períodos anteriores, verifica-se que a atividades que *Criação de Suínos* perde destaque, a atividade seguiu uma tendência de aumento do saldo ao longo dos trimestres em análise. Por outro lado, *Criação de Bovinos* (13) apresentou o maior saldo para o ano de 2013 e *Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente* (-9), o menor. Interessante notar que esta mesma atividade foi responsável pelo maior saldo em 2012, equivalente a 16 vínculos. Sendo assim, registra-se que nenhuma das famílias com os saldos mais relevantes seguiu a mesma tendência do APL ao longo dos trimestres.

TABELA 3
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Região Missões, março a maio de 2012 a 2014

Atividade econômica	2012	2013	2014
Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	0	-1	-3
Criação de Bovinos	4	13	1
Criação de Suínos	-3	5	10
Preparação do Leite	-1	2	-2
Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	1	1	2
Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	-1	4	0
Fabricação de Produtos de Panificação	2	4	5
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	16	-9	2
Fabricação de Vinho	-1	0	0
Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	0	-1	1
Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	-1	0	0
Total:	16	18	16

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 28/07/2014.

Elaboração: DIEESE

(1) Nesta tabela somente constam aquelas atividades que apresentaram movimentação no saldo de empregos em pelo menos um dos três períodos analisados. Para consultar todas as atividades que compõem o APL, ver o Anexo 1.

Para melhor compreender a distribuição dos saldos de emprego, decidiu-se cruzar simultaneamente os municípios e classes de atividades econômicas. Devido ao grande número de municípios e atividades foram selecionados somente os saldos mais significativos. Sendo assim, para que se saiba quanto estas atividades selecionadas representam para cada um dos municípios, criou-se uma linha de subtotal, que equivale à soma das atividades representadas (Tabela 4).

Em relação às atividades, primeiramente cabe destacar que as principais, em cada um dos municípios selecionados são bastante semelhantes, com *Criação de bovinos* como a mais presente nos municípios. Além do mais, estas atividades apresentaram, via de regra, pequenos saldos. Em relação aos municípios, cabe destacar que parte relevante apresentam seus saldos concentrados em poucas ou mesmo somente uma atividade. Os municípios que apresentam situação diversa são os maiores, como Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga.

TABELA 4

Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas e municípios selecionados⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Região Missões, março a maio de 2012 a 2014

Município	Atividade econômica	2012	2013	2014
Bossoroca	Criação de Bovinos	3	5	-2
	Total	3	5	-2
Cerro Largo	Criação de Bovinos	-1	0	1
	Criação de Suínos	0	-2	5
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	1	-1	-1
	Subtotal	0	-3	5
	Total	0	-4	6
Santo Ângelo	Criação de Bovinos	3	0	0
	Criação de Suínos	-2	5	-2
	Fabricação de Produtos de Panificação	2	7	2
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	16	-7	3
	Subtotal	19	5	3
	Total	19	11	5
Santo Antônio das Missões	Criação de Bovinos	2	6	-2
	Total	2	6	-2
São Luiz Gonzaga	Criação de Bovinos	6	-4	7
	Criação de Suínos	-2	1	0
	Fabricação de Produtos de Panificação	0	-1	-1
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	-1	-1	0
	Subtotal	3	-5	6
	Total	3	-5	5
Sao Pedro do Butiá	Criação de Bovinos	0	0	-1
	Criação de Suínos	5	3	8
	Fabricação de Produtos de Panificação	0	0	-1
	Subtotal	5	3	6
	Total	5	3	6
Total	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	16	-9	2
	Criação de Bovinos	13	7	3
	Fabricação de Produtos de Panificação	2	6	0
	Criação de Suínos	1	7	11
	Subtotal	32	11	16
	Total	16	18	16

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 04/09/2014

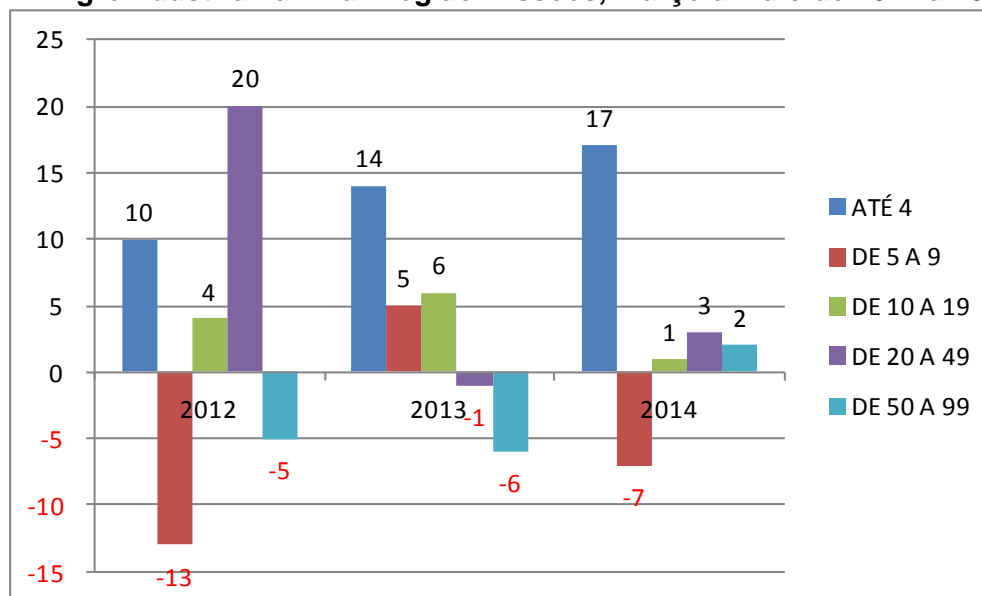
Elaboração: DIEESE

(1) Foram retiradas da tabela todas as atividades que não modificariam o subtotal significativamente, a ponto deste apresentar valor no máximo 10% superior ou inferior ao total.

Na análise do desempenho dos saldos segundo tamanho dos estabelecimentos, inicialmente importante destacar que os estabelecimentos do APL, se comparados aos demais APLs, apresentam número médio de empregados inferior, dado que para o trimestre em análise não há saldo para os estabelecimentos com mais de 99 vínculos. Além do mais, destacam-se aqueles estabelecimentos com até 4 empregados, com saldo de 17 vínculos. Pelo lado dos saldos negativos, cabe citar os estabelecimentos com entre 5 e 9 vínculos (Gráfico 2).

Em relação aos demais anos, os estabelecimentos com até 4 empregados continuam se destacando, com o maior saldo em 2013 e o segundo maior em 2012, sendo superado pelos estabelecimentos com entre 20 e 49 vínculos.

GRÁFICO 2
Saldo de empregos formais segundo tamanho do estabelecimento⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Região Missões, março a maio de 2012 a 2014



Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 28/07/2014.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Tamanho do estabelecimento é definido segundo número de vínculos ativos em janeiro do ano em questão.

Abaixo se analisa o saldo do APL utilizando um indicador de CEI/CNPJ. Como o APL é voltado somente para a agroindústria familiar, realizou-se tal análise buscando contornar a já citada limitação da base de dados do Caged - de separar as atividades de agroindústria de outras atividades em geral. A título de exemplo, o contribuinte que queira ter acesso aos benefícios do SIMPLES precisa estar inscrito sob o CNPJ, o que pode fazer com que proprietários rurais optem por este, em detrimento do CEI.

Analisando os saldos dos estabelecimentos registrados sob o CEI ou sob o CNPJ, percebe-se que há maior variedade, no tocante às atividades, nos estabelecimentos registrados sob o CNPJ, são dez atividades inscritas sob esta modalidade frente a três no CEI. Mesmo assim, *Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificada anteriormente* apresentou saldo somente para estabelecimentos registrados no CEI. Em relação ao tamanho dos saldos, se comparadas as mesmas atividades para ambos tipos de estabelecimentos, os registrados sob o CEI apresentam maiores saldos.

TABELA 5

Saldo de empregos formais, segundo tipo dos estabelecimentos e atividades econômicas⁽¹⁾
 APL Agroindústria Familiar Região Missões, março a maio de 2012 a 2014

Tipo	Atividade econômica	2014	2013	2012
CNPJ	Criação de Bovinos	0	-1	0
	Criação de Suínos	0	6	-7
	Preparação do Leite	-2	2	-1
	Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	2	1	1
	Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	4	-1
	Fabricação de Produtos de Panificação	5	4	2
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	2	-9	16
	Fabricação de Vinho	0	0	-1
	Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	1	-1	0
	Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	0	0	-1
Subtotal		8	6	8
CEI	Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	-3	-1	0
	Criação de Bovinos	1	14	4
	Criação de Suínos	10	-1	4
Subtotal		8	12	8
TOTAL	Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	-3	-1	0
	Criação de Bovinos	1	13	4
	Criação de Suínos	10	5	-3
	Preparação do Leite	-2	2	-1
	Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados	0	0	0
	Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	2	1	1
	Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	4	-1
	Fabricação de Produtos de Panificação	5	4	2
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	2	-9	16
	Fabricação de Vinho	0	0	-1
	Fabricação de Outros Produtos Têxteis não Especificados Anteriormente	0	0	0
	Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	1	-1	0
	Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	0	0	-1
Total		16	18	16

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 04/09/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Nesta tabela somente constam aquelas atividades que apresentaram saldo de empregos em pelo menos um dos três períodos analisados. Para consultar todas as atividades que compõem o APL, ver o Anexo 1.

1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos vínculos

Nesta seção o boletim trata das características das vagas referentes às admissões e demissões no período. Contrariamente à seção anterior, aqui não serão utilizados os saldos de emprego, mas as movimentações, ou seja, serão tratados separadamente os trabalhadores admitidos e os desligados.

Em relação às famílias ocupacionais destas vagas, foram separadas as dez famílias com o maior número de admissões e as dez com maior número de desligamentos, sempre em relação ao trimestre

de março a maio do ano de 2014. Entre as famílias com maior número de admissões, as dez que mais admitem representaram 89,1% das admissões totais do APL e 74,6% da massa salarial¹⁰. Somente as duas principais famílias ocupacionais, *Trabalhadores na pecuária de médio porte* (28,3%) e *Trabalhadores na exploração agropecuária em geral* (23,9%) respondem por 52,5% das admissões no APL e 47,1% da massa salarial, dado que a média salarial destas famílias é inferior à média salarial do APL. Nota-se ainda que o APL representa 1,7% das admissões do Rio Grande do Sul (para as mesmas atividades do APL, excluídos seus municípios), e sua média salarial de admissão é 3,3% inferior à do Estado (Tabela 6).

Ao analisar os desligamentos, percebe-se que nove das dez famílias ocupacionais que registram maior número de admissões são também as que registram os maiores desligamentos (a única exceção são os *Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações*). Ademais, os desligamentos se encontram menos concentrados do que as admissões. As dez famílias com os maiores desligamentos representaram 80,2% das admissões e 76,7% da massa salarial. *Trabalhadores na exploração agropecuária em geral* (22,3%) e *Trabalhadores na pecuária de médio porte* (21,5%) representaram 43,8% dos desligamentos totais no APL e 46,1% da massa salarial e o salário médio destas famílias é superior ao salário médio de desligamento do APL. Cabe notar também que os desligamentos do APL representam 1,5% dos do Estado, com salário médio 7,4% superior. Já a razão dos salários no APL para o trimestre em 2014 revela que os desligados apresentaram média 16,5% superior à dos admitidos.

Comparando os admitidos e desligados de 2014, percebe-se que a maior parte dessas famílias apresentou saldo positivo, as únicas com saldo negativo foram *Padeiros, confeitheiros e afins* (-1), *Trabalhadores de apoio à agricultura* (-3) e *Tratadores polivalentes de animais* (-3) (Anexo 2). Neste mesmo período houve diminuição de R\$2.864 na massa salarial do APL, mesmo com o saldo positivo no período.

Em relação ao ano anterior, percebe-se que há pouca mudança nas principais famílias ocupacionais, tanto entre as que possuem maiores admissões, quanto maiores desligamentos. Importante notar também o avanço do salário médio real de 2013 para 2014, tanto dos desligados quanto dos admitidos no APL, de respectivamente 18,7% e 9,5%, enquanto no Estado foi de, respectivamente, 4,9% e 5,8%. Este aumento do salário médio real, juntamente com o aumento nas admissões, se refletiu no crescimento real de 39,9% na geração de massa salarial no APL, ou seja, a massa salarial dos admitidos entre março e maio de 2014 frente ao mesmo trimestre de 2013 cresceu 39,9%.

¹⁰ A massa salarial representa a soma de todos os salários pagos aos trabalhadores no período em análise.

Contudo, registra-se perda de massa salarial decorrente da maior diferença salarial entre desligados e admitidos em 2014 frente a 2013, o que fez com que a massa salarial dos desligados em 2014 superasse a dos admitidos, causando uma diminuição geral da massa salarial.

TABELA 6
Admissões, desligamentos, massa salarial e salário médio segundo família ocupacional
APL Agroindústria Familiar Região Missões, março a maio de 2013 e 2014

Família Ocupacional	2013				2014			
	Vínculos	Massa (Em R\$ ²)	%Massa ¹	Sal. Médio (em R\$ ²)	Vínculos	Massa (Em R\$ ²)	%Massa ¹	Sal. Médio (em R\$ ²)
Maiores admissões								
Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte	29	27.277	29,1	941	39	34.811	26,5	893
Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral	28	12.947	13,8	462	33	26.959	20,6	817
Auxiliares de Laboratório da Saúde	2	2.623	2,8	1.311	14	6.226	4,7	445
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	3	1.934	2,1	645	9	3.979	3,0	442
Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte	1	3.541	3,8	3.541	7	6.217	4,7	888
Alimentadores de Linhas de Produção	7	8.149	8,7	1.164	7	5.502	4,2	786
Trabalhadores de Apoio à Agricultura	4	4.271	4,6	1.068	4	6.220	4,7	1.555
Padeiros, Confeiteiros e Afins	5	4.837	5,2	967	4	4.472	3,4	1.118
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	2	2.120	2,3	1.060	3	3.025	2,3	1.008
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	3	2.701	2,9	900	3	460	0,4	153
Subtotal das 10 Famílias com maior número de admissões	84	70.401	75,1	838	123	97.872	74,6	796
Subtotal das demais Famílias Ocupacionais	24	23.337	24,9	972	15	33.244	25,4	2.216
Total do APL	108	93.738	100,0	868	138	131.115	100,0	950
Total do Rio Grande do Sul³	7800	7.237.437	1,3	928	7985	7.841.944	1,7	982
Maiores desligamentos								
Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral	15	12.947	15,2	863	27	26.959	20,1	998
Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte	27	27.277	32,1	1.010	26	34.811	26,0	1.339
Trabalhadores de Apoio à Agricultura	4	4.271	5,0	1.068	7	6.220	4,6	889
Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte	4	3.541	4,2	885	7	6.217	4,6	888
Auxiliares de Laboratório da Saúde	3	2.623	3,1	874	6	6.226	4,6	1.038
Tratadores Polivalentes de Animais	6	3.788	4,5	631	6	5.406	4,0	901
Alimentadores de Linhas de Produção	8	8.149	9,6	1.019	6	5.502	4,1	917
Padeiros, Confeiteiros e Afins	5	4.837	5,7	967	5	4.472	3,3	894
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	2	1.934	2,3	967	4	3.979	3,0	995
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	3	2.120	2,5	707	3	3.025	2,3	1.008
Subtotal das 10 Famílias com maior número de desligamentos	77	71.487	84,2	928	97	102.817	76,7	1.060
Subtotal das demais Famílias Ocupacionais	14	13.435	15,8	960	24	31.162	23,3	1.298
Total do APL	91	84.922	100,0	933	121	133.979	100,0	1.107
Total do Rio Grande do Sul³	8091	7.954.121	1,1	983	8673	8.942.038	1,5	1.031

Notas:

(1) Participação em relação ao total do APL

(2) Remuneração deflacionada pelo INPC/IBGE de Maio de 2014

(3) Considerando as mesmas atividades do APL, exclusive os municípios do território do APL

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 28/07/2014

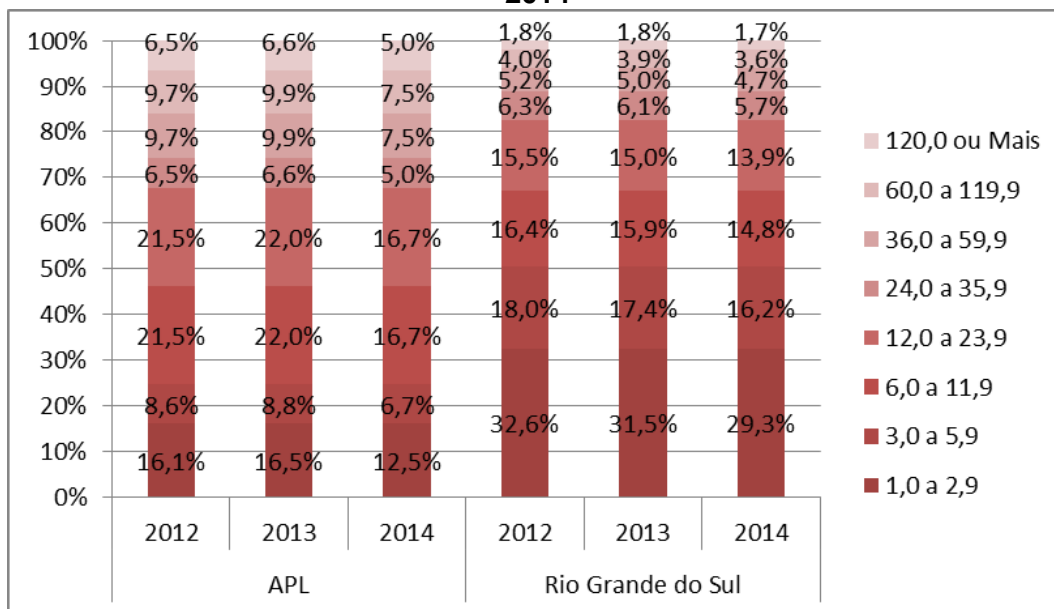
Elaboração: DIEESE

No APL Agroindústria Familiar Região Missões, 35,9% dos desligamentos ocorreram com trabalhadores que possuíam menos de um ano no emprego, sendo que 19,2% não ultrapassaram 6 meses e 12,5% deles foram desligados antes de completar 3 meses de trabalho.

Em comparação com o mesmo trimestre dos anos anteriores, as mudanças de 2013 para 2014, que mais chamam atenção, referem-se à significativa diminuição dos desligamentos de trabalhadores com entre 1 e 2,9 meses de permanência e o aumento dos desligamentos daqueles com entre 6 e 11,9 meses. Ao se comparar as mesmas atividades econômicas que compõem o APL nos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul, verifica-se um percentual mais expressivo de

desligamentos de trabalhadores com até um ano de trabalho, devido principalmente aos desligamentos de trabalhadores com até seis meses (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Distribuição dos desligamentos por tempo de permanência no emprego (em %)
APL Agroindústria Familiar Região Missões e Rio Grande do Sul, março a maio de 2012 a 2014



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 29/07/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS¹¹ NO APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR REGIÃO MISSÕES

Atualmente, o APL Agroindústria Familiar Missões conta com um total de 91 microempreendedores individuais, concentrados no município de São Luiz Gonzaga (27,5%) e Santo Ângelo (23,1%) onde estão registrados 50,5% do total de MEIs do APL. Outros municípios também registram microempreendedores, no entanto, em menor proporção, cabendo destacar Santo Antônio das Missões (12,1%). Os demais municípios apresentam pequena participação ou mesmo não registram qualquer MEI nas atividades do APL. Assim como esperado, os municípios com maior participação, em termos de número de estabelecimentos e empregos no APL são também aqueles com maior participação no número de MEIs. A participação dos MEIs das atividades do APL no total de MEIs no território representam apenas 1,6%. Também é possível comparar a participação dos MEIs nas atividades do APL no total de MEIs do Rio Grande do Sul que equivale a 1,6%. Por último, cabe notar que o arranjo agrega, considerando somente as atividades do APL, 2,3% do total de MEIs do Estado (Tabela 7).

¹¹ O total do MEI inclui MEIs que formalizaram seu registro por meio do Portal do Empreendedor que formam a grande maioria, somados, aos empresários Individuais Microempresas (ME) que fizeram a opção, no Portal do Simples Nacional, de converter seus registros em Microempreendedores Individuais.

TABELA 7
Distribuição dos Microempreendedores Individuais entre os municípios do APL
APL Agroindústria Familiar Região Missões, 2014

Município	Microempreendedores Individuais - Total [A]	Microempreendedores Individuais - APL [B]	Participação dos municípios no total (%) APL	Participação do APL no total do município (%) [B/A]
Bossoroca	110	3	3,3	2,7
Caibaté	54	0	0,0	0,0
Cerro Largo	446	7	7,7	1,6
Dezesseis de Novemb	27	1	1,1	3,7
Entre-Ijuís	197	5	5,5	2,5
Eugênio de Castro	33	0	0,0	0,0
Garruchos	49	0	0,0	0,0
Giruá	318	4	4,4	1,3
Guarani das Missões	142	2	2,2	1,4
Mato Queimado	17	0	0,0	0,0
Pirapó	20	1	1,1	5,0
Porto Xavier	262	1	1,1	0,4
Rolador	24	0	0,0	0,0
Roque Gonzales	197	4	4,4	2,0
Salvador das Missões	45	2	2,2	4,4
Santo Ângelo	2.158	21	23,1	1,0
Santo Antônio das Mi	272	11	12,1	4,0
São Luiz Gonzaga	1.009	25	27,5	2,5
São Miguel das Missõ	140	1	1,1	0,7
São Nicolau	114	2	2,2	1,8
São Paulo das Missõe	86	1	1,1	1,2
São Pedro do Butiá	48	0	0,0	0,0
Sete de Setembro	15	0	0,0	0,0
Ubiretama	10	0	0,0	0,0
Vitória das Missões	35	0	0,0	0,0
Total	5.828	91	100	1,6
Rio Grande do Sul	247.079	3.901	2,3	1,6

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 08/08/2014.
 Elaboração: DIEESE.

No tocante à distribuição dos empreendedores individuais segundo atividade econômica (Tabela 10) a concentração é mais evidente. Do total de 91 MEIs do APL, 55 (60,4%) estão concentrados na atividade de *Fabricação de produtos de Panificação*. Na sequência aparece *Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis* que concentra 22 MEIs (24,2%); juntas as duas atividades somam 84,6%. Registra-se que ao contrário do ocorrido na distribuição por municípios, na distribuição por atividades econômicas, duas atividades que são pouco representativas em termos de emprego, apareceram com maior expressão no número de MEIs. Da mesma forma, atividades com expressão no emprego com pouca ou nenhuma relevância nos MEIs, como *Criação de Suínos* e *Criação de Bovinos*. Isto se deve, provavelmente, à natureza destas atividades que demandam maior investimento em terra e

mão de obra. Mesmo assim, é importante notar que *Fabricação de produtos de Panificação* é responsável pela maior parte dos estabelecimentos do APL (Tabela 8).

Tabela 8
Distribuição dos Microempreendedores Individuais entre atividades econômicas
APL Agroindústria Familiar Região Missões, 2014

Atividade Econômica	Microempreendedores individuais - APL	Participação da atividade no total do APL	Microempreendedores individuais - RS	Participação do APL no total do RS
Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes	1	1,1	24	4,2
Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	1	1,1	4	25,0
Fabricação de Açúcar em Bruto	1	1,1	36	2,8
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	1	1,1	57	1,8
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	1	1,1	48	2,1
Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	9	9,9	305	3,0
Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	22	24,2	916	2,4
Fabricação de Produtos de Panificação	55	60,4	2.447	2,2
Total	91	100	3.901	2,3

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 08/08/2014
Elaboração: DIEESE.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou realizar uma análise conjuntural do mercado de trabalho do APL Agroindústria Familiar Região Missões, baseada em dois eixos: (1) evolução comparativa dos saldos do emprego composto e também pelas características das vagas (2) análise dos Microempreendedores Individuais no APL.

Verifica-se que o trimestre registrou saldo positivo de emprego igual a 16, saldo significativo, principalmente se comparado aos saldos negativos do Rio Grande do Sul e do Brasil (para as mesmas atividades do APL), que registraram desempenho negativo.

O saldo acumulado do APL no ano (2014) mostra leve tendência ao aumento, contando também com importante oscilação. A comparação com os saldos dos anos anteriores revela um cenário negativo para o ano corrente, dado que tanto em 2012 como em 2013 os valores do mês de maio foram superiores aos de 2014.

Em relação à distribuição, chamaram atenção a distribuição territorial dos saldos do APL, com Cerro Largo, São Pedro do Butiá, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga com saldo superior ao total do APL, ou seja, municípios que influenciam positivamente. As atividades econômicas se apresentaram concentradas em *Criação de suínos e Fabricação de produtos de panificação* como as principais atividades.

Em relação à distribuição dos saldos segundo o tamanho dos estabelecimentos, chamaram atenção aqueles com até 4 vínculos, como aqueles que mais contribuíram para o desempenho positivo do emprego formal no trimestre.

Em relação às famílias ocupacionais, cabe citar a semelhança que aquelas que apresentam as maiores admissões apresentam também os maiores desligamentos – indicando a rotatividade de um pequeno grupo ocupacional e de impacto na estrutura ocupacional do APL. Entre as famílias com maior número de admissões, as dez que mais admitiram representaram 89,1% das admissões totais do APL e 74,6% da massa salarial, já as dez famílias com maiores desligamentos representaram 80,2% dos desligamentos totais e 76,7% da massa salarial.

Ademais, a diminuição da massa salarial do período foi da ordem de R\$ 2.864, mesmo tendo registrado saldo positivo de emprego. Isso decorre, pelo fato de que, embora novas vagas tenham sido ocupadas no trimestre, a rotatividade provocou desligamentos de trabalhadores com salários maiores e admissões com salários comparativamente menores, resultando na redução da massa

gerada para o trimestre de 2014, em comparação com 2013. Registra-se que no mesmo trimestre do ano anterior, mesmo com saldo praticamente equivalente (17) ao observado no ano corrente, havia gerado um aumento de massa salarial equivalente a R\$ 8.816.

Em relação aos Microempreendedores individuais, foi identificado, o registro de 91 APL concentrados em São Luiz Gonzaga (27,5%) e Santo Ângelo (23,1%) e nas atividades de *Fabricação de produtos de Panificação e Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis*.

REFERENCIAS

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Plano de implantação da política industrial Desenvolvimento Econômico do RS. Porto Alegre, 2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em Nov. de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.839 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1381329396_Lei%20Estadual%2013.839%20-%20Institui%20a%20Politica%20Estadual%20de%20Fomento%20a%20Economia%20da%20Cooperacao.pdf>. Acesso em 06/02/2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.840 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013840&idNorma=1146&tipo=pdf>>. Acesso em 06/02/2014.

VARGAS, M. **Nota metodológica do Projeto Elementos para o desenvolvimento de uma tipologia de APLs**. Rio de Janeiro: [s.d], Redesist/UFRJ.

Arranjos produtivos locais: aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social (Lei 13.839 de 5 dezembro de 2011).

Atividade econômica: Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal. O IBGE possui, dentre outras, uma classificação de nove setores de atividade econômica: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca; e 'outros'.

Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, de periodicidade mensal e que contém as declarações de estabelecimentos com movimentação (admissões ou desligamentos) prestada até o dia 7 do mês subsequente à movimentação.

CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas): É um instrumento padrão de classificação para identificação das unidades produtivas do Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. É desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification* – ISIC, terceira revisão aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1989 e recomendada como instrumento de harmonização das informações econômicas em âmbito internacional.

Clusters: Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”. No setor industrial é um termo utilizado para destacar agrupamentos ou ramos industriais.

Família ocupacional: cada família ocupacional constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação.

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor é medido pelo IBGE em 11 capitais brasileiras. Consideram-se apenas famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos.

Saldo do emprego: resultado da diferença entre admissões e desligamentos nos estabelecimentos declarantes do Caged. Indica o emprego efetivamente criado no período.

Variação percentual do estoque de emprego (%): Indica o aumento ou a diminuição do estoque do emprego em decorrência da criação/perda de empregos no período. É calculado através da fórmula: saldo da movimentação do mês/ano ÷ estoque inicial do mesmo mês de referência x 100.

Alimentadores de Linhas de Produção: Preparam materiais para alimentação de linhas de produção; organizam a área de serviço; abastecem linhas de produção; alimentam máquinas e separam materiais para reaproveitamento. Formação e Experiência: o trabalho é exercido por pessoas com escolaridade de quarta à sétima série do ensino fundamental, acrescido de curso de qualificação profissional de nível básico, com no máximo, duzentas horas de duração. O exercício pleno da função se dá em menos de um ano de experiência profissional.

Auxiliares de Laboratório da Saúde: Coletam material biológico, orientando e verificando preparo do paciente para o exame. Auxiliam os técnicos no preparo de vacinas; aviam fórmulas, sob orientação e supervisão. Preparam meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizam o trabalho; recuperam material de trabalho, lavando, secando, separando e embalando. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer ensino fundamental e médio, acompanhado de qualificação no próprio emprego ou em instituição de formação profissional. A tendência ao aumento de requisitos de qualificação dessas ocupações se iniciou nos grandes laboratórios e começa a atingir os hospitais e hemocentros, elevando a escolaridade para o nível médio, com incentivos para que o pessoal conclua curso técnico profissionalizante na área.

Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Formação e experiência: Para o acesso às ocupações dessa família ocupacional requer-se o ensino médio completo, curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional.

Padeiros, Confeiteiros e Afins : Planejam a produção e preparam massas de pão, macarrão e similares. Fazem pães, bolachas e biscoitos e fabricam macarrão. Elaboram caldas de sorvete e produzem compotas. Confeitam doces, preparam recheios e confeccionam salgados. Redigem documentos tais como requisição de materiais registros de saída de materiais e relatórios de produção. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental concluído e curso básico de qualificação profissional de duzentas a quatrocentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional.

Trabalhadores de Apoio à Agricultura: Colhem policulturas, derriçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantam culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais. Efetuam preparo de mudas e sementes por meio da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizam tratos culturais, além de preparar o solo para plantio. Formação e Experiência: O exercício das ocupações requer ensino fundamental (jardineiro e trabalhador na produção de mudas e sementes) e até a quarta série do mesmo nível (caseiro e trabalhador volante da agricultura). A qualificação é obtida na prática, exceto o trabalhador na produção de mudas e sementes, que demanda curso básico profissionalizante de até duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre após alguns meses de prática (caseiro e trabalhador volante) e de um a dois anos para os demais.

Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral: Supervisionam diretamente uma equipe de trabalhadores agropecuários em sua lida no campo, na alimentação, reprodução e reposição de animais e nos tratos culturais; administram mão de obra e treinam a equipe de trabalho; planejam atividades e controlam qualidade e produtividade agropecuária; negociam insumos, produtos e equipamentos agropecuários e realizam manutenção em equipamentos. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer, no mínimo, ensino fundamental. Geralmente, o aprendizado profissional advém da prática de um a dois anos na área.

Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte: Supervisionam e planejam o manejo e a alimentação do rebanho. Controlam sanidade e organizam a reprodução dos animais; condicionam bovídeos e equídeos; beneficiam e comercializam rebanho e produtos derivados e administram a propriedade rural. Formação e Experiência: O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. A escolaridade dos produtores varia do ensino fundamental até o superior, com formação em veterinária e zootecnia, entre outras. O desempenho pleno das ocupações requer cinco anos de experiência com animais de grande porte.

Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte: Cuidam da alimentação, gestação e lactação de suínos, caprinos e ovinos. Aplicam medicamentos e fazem curativos. Controlam a reprodução, ordenham, abatem e preparam suínos, caprinos e ovinos para exposição e venda. Beneficiam produtos da pecuária de médio porte. As atividades são desempenhadas em conformidade com as normas e procedimentos técnicos de qualidade e biossegurança. Formação e Experiência: O pré-requisito mínimo de escolaridade situa-se entre a quarta e a sétima série do ensino fundamental. Há tendência de aumento das exigências, com ocorrência de granjas que requer em escolaridade de nível médio completo. A qualificação é obtida com o aprendizado prático no local de trabalho, com duração que varia entre um e dois anos.

Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Tratadores Polivalentes de Animais: Manejam, alimentam e monitoram a saúde e o comportamento de animais da pecuária. Condicionam e adestram animais. Sob orientação de veterinários e técnicos, tratam sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas, higienizam animais e recintos; aplicam técnicas de inseminação e castração. Realizam atividades de apoio, assessorando em intervenções cirúrgicas, exames clínicos e radiológicos, pesquisas, necropsias e sacrifícios de animais. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se, no mínimo, a quarta série do ensino fundamental, mais curso profissionalizante de duzentas horas/aula (adestradores e inseminadores de animais) e cursos eventuais (para as demais ocupações), oferecidos pelas associações, cooperativas, órgãos governamentais de apoio à agropecuária e à extensão rural e instituições de formação profissional. O desempenho pleno das atividades requer de um a dois anos de experiência.

Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados: Vendem mercadorias em estabelecimentos do comércio varejista ou atacadista, auxiliando os clientes na escolha. Registram entrada e saída de mercadorias. Promovem a venda de mercadorias, demonstrando seu funcionamento, oferecendo-as para degustação ou distribuindo amostras das mesmas. Informam sobre suas qualidades e vantagens de aquisição. Expõem mercadorias de forma atrativa, em pontos estratégicos de vendas, com etiquetas de preço. Prestam serviços aos clientes, tais como troca de mercadorias; abastecimento de veículos; aplicação de injeção e outros serviços correlatos. Fazem inventário de mercadorias para reposição. Elaboram relatórios de vendas, de promoções, de demonstrações e de pesquisa de preços. Formação e Experiência: Em geral, para o exercício das ocupações de atendente de farmácia, demonstrador de mercadorias, promotor de vendas, repositor de mercadorias, vendedor de comércio varejista e vendedor atacadista, requer-se do ensino fundamental ao ensino médio, podendo o mesmo variar de acordo com a ocupação, e quarta série do ensino fundamental para frentista. O tempo médio para o desempenho profissional é heterogêneo: três a quatro anos para vendedores, um a dois anos para atendente de farmácia e menos de um ano para as demais ocupações.

ANEXOS

Classes de Atividade Econômica e Municípios que compõem o APL Agroindústria Familiar Região Missões do estado do Rio Grande do Sul

CLASSES NÍVEL 5	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
1629-3	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA, VIME E MATERIAL TRANÇADO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, EXCETO MÓVEIS.
1529-7	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1359-6	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1031-7	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS.
1032-5	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS.
1033-3	FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES.
1033-3	FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES.
1069-4	MOAGEM, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AMILÁCEOS E DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS e MOAGEM E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE. Fabricação de vinagres.
0163-6	ATIVIDADES DE APOIO À AGRICULTURA E À PECUÁRIA; ATIVIDADES DE PÓS-COLHEITA.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA INFUSÃO (CHÁ, MATE, ETC.).
0151-2	CRIAÇÃO DE BOVINOS, CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA LEITE.
1051-1	PREPARAÇÃO DO LEITE.
1071-6	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO
0119-9	CULTIVO DE PLANTAS DE LAVOURA TEMPORÁRIA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

Continua...

0154-7	CRIAÇÃO DE SUÍNOS.
1091-1	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA.
1111-9	FABRICAÇÃO DE AGUARDENTES E OUTRAS BEBIDAS DESTILADAS, FABRICAÇÃO DE AGUARDENTE DE CANA-DE-AÇÚCAR.
0132-6	PRODUÇÃO DE LAVOURAS PERMANENTES. CULTIVO DE UVA.
1112-7	FABRICAÇÃO DE VINHO.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, FABRICAÇÃO DE VINAGRES.
0119-9	CULTIVO DE PLANTAS DE LAVOURA TEMPORÁRIA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, CULTIVO DE MANDIOCA.
1063-5	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS.
1065-1	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS DE VEGETAIS E DE ÓLEOS DE MILHO.

DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGENTES AO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COREDE MISSÕES:

Bossoroca; Caibaté; Cerro Largo; Dezesesseis de Novembro; Entre-Ijuís; Eugênio de Castro; Garruchos; Giruá; Guarani das Missões; Mato Queimado; Pirapó; Porto Xavier; Rolador; Roque Gonzales; Salvador das Missões; Santo Ângelo; Santo Antônio das Missões; São Luiz Gonzaga; São Miguel das Missões; São Nicolau; São Paulo das Missões; São Pedro do Butiá; Sete de Setembro; Ubiretama; e Vitória das Missões.

Fonte: AGDI

Disponível em: http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1351252461_Delimita%C3%A7%C3%A3o%20-%20APL%20Agroind%C3%BAstria%20Familiar%20Miss%C3%B5es.pdf

ANEXO 2**Saldo de empregos formais segundo famílias ocupacionais selecionadas
APL Agroindústria Familiar Região Missões, março a maio de 2013 e 2014**

Família Ocupacional	2013	2014
Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte	2	13
Auxiliares de Laboratório da Saúde	-1	8
Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral	13	5
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	1	5
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	0	2
Alimentadores de Linhas de Produção	-1	1
Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte	-3	0
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	-1	0
Padeiros, Confeiteiros e Afins	0	-1
Trabalhadores de Apoio à Agricultura	0	-3
Tratadores Polivalentes de Animais	1	-3
Total	11	27

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 02/09/2014
Elaboração: DIEESE